

Quinto elemento de avaliação | 04.05.2021

11º Ano | Turma C | Professor: Renato Albuquerque

Duração da prova: 100 minutos. Tolerância: 10 minutos.

MATRIZ | CONTEÚDOS | APRENDIZAGENS RELEVANTES | CONCEITOS

A prova inclui itens de seleção (por exemplo, escolha múltipla e ordenação) e itens de construção (por exemplo, resposta restrita e resposta extensa). Os itens da prova exigem a análise dos documentos apresentados. Esses documentos, de natureza diversa (como textos, imagens, cronologias, mapas e dados quantitativos organizados em gráfico, em quadro ou em tabela), podem apresentar perspetivas diferentes e permitem o estabelecimento de relações na análise de uma problemática decorrente de um ou mais módulos do programa, tendo como suporte documentos.

MATRIZ						
Tipologia de itens		Número de itens	TI	CH	C	Total
Itens de seleção	Escolha múltipla	6	0	30	0	30
	Associação					
	Ordenação					
Itens de construção	Resposta curta	2	0	14	7	21
	Resposta restrita	6	48	50	19	117
	Resposta extensa	1	8	17	7	32
			56	111	33	200

TI = Tratamento de informação/utilização de fontes

CH = Conhecimento histórico

C = Comunicação em História

CONTEÚDOS	
MÓDULO 5 [11º ano, Parte 2, da página 68 até à página 133]	
4. A implantação do Liberalismo em Portugal	
4.1. Antecedentes e conjuntura (1807 a 1820).	
4.2. A revolução de 1820 e as dificuldades de implantação da ordem liberal (1820-1834).	- Precariedade da legislação vintista de carácter socioeconómico; - desagregação do império atlântico; - Constituição de 1822 e Carta Constitucional de 1826.
4.3. O novo ordenamento político e socioeconómico (1834- -1851).	- Importância da legislação de Mouzinho da Silveira e dos projetos setembrista e cabralista.
5. O legado do Liberalismo na primeira metade do século XIX	
5.1. O Estado como garante da ordem liberal.	- a secularização das instituições; - o cidadão, ator político. - O direito à propriedade e à livre iniciativa. - Os limites da universalidade dos direitos humanos: a problemática da abolição da escravatura.

APRENDIZAGENS RELEVANTES

Do [programa de História A](#) (**Aprendizagens estruturantes):

- relevar, das revoluções liberais, a aquisição de conceitos e de instrumentos definidores da vida política contemporânea;
- integrar o processo de implantação do liberalismo em Portugal nas sucessivas vagas revolucionárias da primeira metade do século XIX, destacando a sua especificidade;
- **identificar revolução como momento de rutura e de mudança irreversível de estruturas;
- **compreender o fenómeno revolucionário liberal como afirmação da igualdade de direitos e da supremacia do princípio da soberania nacional sobre o da legitimidade dinástica;
- **analisar a interação dos fatores que convergiram no processo revolucionário português;
- **relacionar a desarticulação do sistema colonial luso-brasileiro e a questão financeira com a dinâmica de transformação do regime em Portugal;
- **distinguir na persistência das estruturas arcaicas da sociedade portuguesa um fator de resistência à implantação do liberalismo;
- reconhecer que a ideologia liberal, resultante de uma longa maturação, se consolida no período de estabilização posterior ao processo revolucionário;
- identificar as alterações da mentalidade e dos comportamentos que acompanharam as revoluções liberais;
- **valorizar a consciencialização da universalidade dos direitos humanos, a exigência de participação cívica dos cidadãos e a legitimidade dos anseios de liberdade dos indivíduos e dos povos.

CONCEITOS

Carta constitucional*	Liberalismo económico*
Vintismo	
Cartismo	
Setembrismo	
Cabralismo	

* Conceitos estruturantes

** Aprendizagens estruturantes

Negrito – conteúdos sujeitos a exame nacional

ESCOLA SECUNDÁRIA DE CASQUILHOS

Quinto elemento de avaliação | 04.05.2021

11º Ano | Turma C | Professor: *Renato Albuquerque*

Duração da prova: 100 minutos. Tolerância: 10 minutos.

Este elemento é constituído por 6 páginas e termina na palavra FIM

Observa/analisa atentamente os documentos e responde às questões seguintes.
Nos itens de escolha múltipla, indica a letra que transforma a frase numa afirmação verdadeira.

DOCUMENTO 1

CARTA DO PRÍNCIPE REGENTE D. JOÃO

1 Tendo procurado por todos os meios possíveis conservar a neutralidade [...],
chegando ao excesso de fechar os portos dos meus reinos aos vassallos do meu antigo e
leal aliado, o rei da Grã-Bretanha, expondo o comércio dos meus vassallos a total ruína, e a
sofrer por este motivo grave prejuízo nos rendimentos da minha coroa; vejo que pelo
5 interior do meu reino marcham tropas do imperador dos franceses e rei da Itália, a quem
eu me havia unido no continente na persuasão de não ser mais inquietado, e que as
mesmas se dirigem a esta capital. E querendo eu evitar as funestas consequências [...] de
derramar sangue em prejuízo da humanidade, e capaz de acender mais a dissensão de
umas tropas que têm transitado por este reino com o anúncio e a promessa de não
10 cometerem a menor hostilidade; conhecendo igualmente que elas se dirigem muito
particularmente contra a minha real pessoa, e que os meus leais vassallos serão menos
inquietados, ausentando-me eu deste reino, tenho resolvido em benefício dos mesmos
meus vassallos passar com a rainha minha senhora e mãe e com toda a real família para os
estados da América e estabelecer-me na cidade do Rio de Janeiro até à paz geral. [...]

“Carta do Príncipe Regente D. João” (26 de novembro de 1807), citada por J. H. Saraiva, 1983 - *História de Portugal*, Lisboa, Publ. Alfa, vol. 5

1. Nesta carta, D. João refere-se a “[...] fechar os portos dos meus reinos aos vassallos do meu antigo e leal aliado, o rei da Grã-Bretanha [...]” (linhas 2-3). Esta exigência refere-se...

A	à partida da Corte para o Rio de Janeiro e à invasão comandada por Sout.
B	à demência da rainha que a tinha levado a fechar os portos aos ingleses.
C	ao Bloqueio Continental decretado por Napoleão Bonaparte.
D	à abertura dos portos brasileiros aos ingleses e ao prejuízo da burguesia comercial.

TI	CH	C
--	5	--

2. Na mesma carta, D. João informa que tinha decidido “[...] passar com a rainha minha senhora e mãe e com toda a real família para os estados da América [...]” (linhas 13-14). D. João refere-se ...

A	à rainha D. Maria I e ao Brasil.
B	à rainha D. Maria II e ao Brasil.
C	à rainha D. Maria I e aos Estados Unidos da América.
D	à rainha Carlota Joaquina e aos infantes Pedro e Miguel.

TI	CH	C
--	5	--

3. D. João refere, ainda na mesma carta aos portugueses, que fechar os portos portugueses aos ingleses equivalia a expor “[...] o comércio dos meus vassallos a total ruína, e a sofrer por este motivo grave prejuízo nos rendimentos da minha coroa [...]” (linhas 3-4). Explica porquê.

TI	CH	C
--	7	3

DOCUMENTO 2	
CAUSAS DA REVOLUÇÃO LIBERAL PORTUGUESA	
1	Lastimavam-se todos da continuação da ausência de Sua Majestade e da real família, o que não podia deixar de reduzir este reino ao estado de colónia; eram palpáveis os efeitos do tratado de comércio feito pelo conde de Linhares ⁽¹⁾ e da livre entrada das nações estrangeiras nos portos do Brasil [...].
5	Entretanto, saíram daqui para o Brasil as nossas tropas e o nosso dinheiro, e duas partes dos rendimentos públicos, que não tinham proporção com os recursos da Nação, e que estava governada por um chefe estrangeiro, cuja autoridade quase ilimitada da sua repartição aspirava, talvez, a ser a única em Portugal, depois da do soberano [...]. Os governadores do Reino tinham perdido toda a atividade e energia. [...] Foram essencialmente culpados em deixar inundar Lisboa e as províncias de trigo e outros cereais estrangeiros que fizeram baixar ao ínfimo os preços nacionais, o que reduziu os lavradores e proprietários à última consternação.
10	
	⁽¹⁾ Membro do gabinete do príncipe regente D. João no Brasil
	Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato (deputado, ministro, conselheiro de Estado e par do reino), <i>Memórias</i> , 1825

4. Caracteriza as “*Causas da Revolução liberal portuguesa de agosto de 1820*”, abordando 3 (três) dos seguintes tópicos de orientação:

- Consequências das invasões francesas;
- O domínio inglês em Portugal;
- Consequências sociais da abertura dos portos brasileiros aos navios ingleses.

Deves utilizar na tua resposta, entre outras, as informações constantes nos Documentos 1 e 2.

TI	CH	C
8	17	7

5. Apresenta 3 (três) medidas de carácter socioeconómico tomadas pelas Cortes Extraordinárias e Constituintes.

TI	CH	C
--	7	4

- | | |
|---------------------------------|--|
| A. Constituição de 1822 | 1. Sistema de 1 única câmara |
| | 2. Sistema bicameral |
| | 3. Veto absoluto do Rei |
| | 4. Define 3 poderes separados entre si |
| | 5. Inexistência de veto absoluto do Rei |
| | 6. Reduz os privilégios sociais |
| B. Carta Constitucional de 1826 | 7. Aumenta os privilégios da nobreza e clero |
| | 8. Impõe 4 poderes, sendo um o moderador |
| | 9. Outorgada pelo soberano |
| | 10. Aprovada pelos deputados da Nação |


6. Associa as letras (A e B) dos dois documentos da esquerda às respetivas características (números 1 a 10).

TI	CH	C
--	5	--

DOCUMENTO 3	
DECRETOS DAS CORTES CONSTITUINTES	
1 - 29 de setembro de 1821	
1.º - Que o Príncipe Real regresse quanto antes a Portugal.	
2.º - Que Sua Alteza real, logo que chegue a Portugal, passe a viajar incógnito às Cortes, e reinos de Espanha, França, e Inglaterra, sendo acompanhado por pessoas dotadas de luzes, virtudes, e adesão ao Sistema Constitucional, que para esse fim Sua Majestade houver por bem de nomear.	
2 - 29 de dezembro de 1821	
1.º - Ficam extintos todos os Tribunais criados no Rio de Janeiro, desde que El-Rei para ali trasladou a sua Corte em mil oitocentos e oito.	
2.º - Todos os negócios que se expandiam por cada um dos referidos Tribunais, serão de ora em diante expedidos como eram antes da sua criação [...]	
3 - 9 de abril de 1822	
1.º - O comércio entre os reinos de Portugal, Brasil e Algarves será considerado como da província de um mesmo Continente.	
2.º - É permitido unicamente a navios nacionais de construção e propriedade portuguesa fazer o comércio de porto a porto em todas as possessões portuguesas.	
<i>Em Diário das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa</i>	

7. Com base no Documento 3, indica a posição das Cortes Constituintes em relação ao Brasil. Justifica a tua resposta.

TI	CH	C
10	8	3

DOCUMENTO 4	
UMA OPINIÃO DE ALEXANDRE HERCULANO - 1856	
<p>1 Mouzinho foi a personificação de um grande feito social, de uma revolução que saiu da sua cabeça, e que, mudando a sociedade portuguesa por completo, matou o nosso passado e criou o nosso futuro. [...] A revolução de Mouzinho não foi apenas económica; ela foi também política e social. Ele e D. Pedro, durante a primeira metade do século, foram os dois homens públicos de Portugal que deixaram um contributo que ninguém poderá apagar. [...]</p> <p>5</p>	 <p>Mouzinho da Silveira (1780-1849)</p>
<i>Alexandre Herculano, em Opúsculos, t. II</i>	

8. Comenta a afirmação de Alexandre Herculano sobre a importância da legislação de Mouzinho da Silveira.

TI	CH	C
10	9	4

DOCUMENTO 5	
A ECONOMIA SETEMBRISTA	
1	Em 1837, com a promulgação do novo Código das Alfândegas, o Governo setembrista de Passos Manuel concluiu as revisões pautais iniciadas dois anos antes pelos cartistas. Desde então, as alfândegas nacionais nunca deixaram de cobrar elevadas tarifas sobre os principais produtos de importação, alimentares ou manufacturados.
4	
Pedro Lains, [...]: <i>um caso mal sucedido de industrialização «concorrencial»</i> , em <i>Análise Social</i> , vol. XXIII (97), 1987, pág. 500	

DOCUMENTO 6	
A POLÍTICA SETEMBRISTA	
1	Confiamos que [os novos ministros] animarão, quanto deles dependerem, a Agricultura, o Comércio, a Indústria Nacional, promovendo a Instrução Pública, e procurando difundir-la por todas as classes de cidadãos; conscientes de que um povo ignorante só pode convir aos déspotas e aos retrógrados, que prosperam e subsistem no meio da servidão, dos abusos, da miséria e do embrutecimento geral.
4	
Em jornal <i>O Nacional</i> , 13 de setembro de 1836 (adaptado)	

9. Com base nos Documentos 5 e 6, podemos afirmar que o governo setembrista...

A	defendeu o livre cambismo e o fisiocratismo.
B	defendeu a ignorância e embrutecimento geral.
C	apoiou a alta burguesia industrializada.
D	fomentou o protecionismo e a instrução.

TI	CH	C
--	5	--

10. Partindo dos mesmos Documentos, explica o relativo fracasso do governo setembrista.

TI	CH	C
10	9	3

DOCUMENTO 7	
OS PROBLEMAS DA SAÚDE PÚBLICA	
1	Atendendo esta Câmara às diferentes representações que tem feito o Médico deste Concelho e a que têm continuado nesta vila diferentes moléstias epidémicas, as quais (têm) tanto mais graduação quanto menos polícia há, e que o enterramento dos corpos humanos nas Igrejas, é de muito prejuízo à saúde pública em todo o tempo, e muito especialmente em tempo de epidemias, determina esta Câmara que, de hoje em diante, não se enterre corpo algum humano nas Igrejas, e sim no cemitério que será interinamente a cerca do Extinto Convento de Santo António desta vila; cujo acórdão obriga a todas as pessoas que hajam de morrer sem atender a hierarquias – porque a lei é igual para todos (Carta Constitucional) –, nem tão pouco a moléstias.
5	
Acórdão da Câmara Municipal de Campo Maior, referido na ata de Câmara de 23 de Agosto de 1834 em Francisco Galego, <i>NOTAS SOBRE O CEMITÉRIO</i> , https://alemcaia.blogs.sapo.pt/60193.html [consultado a 03/06/2018]	

11. Costa Cabral vai ser o autor das Leis da Saúde. Relaciona o Documento 7 com as referidas Leis, publicadas mais de uma década depois, e com as revoltas populares desencadeadas no Minho.

TI	CH	C
10	8	3

12. Refere outra Lei de Costa Cabral que deu também origem a essas revoltas.

TI	CH	C
--	8	3

DOCUMENTO 8	
A CONVENÇÃO DE GRAMIDO	
1	Tenente General D. Manoel de la Concha, Conde de Cancellada, e o Coronel Buenaga como representantes da Espanha, o Coronel Wilde como representante da Grã-Bretanha, o Marquês de Loulé, par do reino, e o General César de Vasconcelos, como representantes da Junta Provisória, reunidos em Gramido com o fim de concertar as necessárias medidas
5	para dar pacífico cumprimento às resoluções das Potências Aliadas, concordaram em que a cidade do Porto se submeteria à obediência do Governo de Sua Majestade Fidelíssima [a Rainha de Portugal] com as condições estabelecidas nos 8 artigos que vão escritos no fim da acta. [...]
	Artigo 2.º - As tropas de Sua Majestade Católica [a rainha de Espanha] exclusivamente ocuparão desde o dia 30 de Junho a cidade do Porto, Vila Nova de Gaia, e todos os fortes, e redutos de um e outro lado do rio enquanto a tranquilidade não estiver completamente estabelecida sem receio de que possa ser alterada pela sua ausência, ficando na Cidade do Porto uma forte guarnição das forças Aliadas enquanto estas se conservarem em Portugal. No mesmo tempo o Castelo da Foz será ocupado por forças inglesas, e no Douro estacionarão alguns vasos de Guerra das potências Aliadas.
Convenção de Gramido, 29 de junho de 1847	

13. Explica em que consistiu a Convenção de Gramido e o contexto histórico em que foi assinada.

TI	CH	C
8	8	3

DOCUMENTO 9	
A FUNÇÃO DO PARLAMENTO	
1	[...] uma vez que nas comunidades que ultrapassam os limites de uma pequena cidade poucos podem participar pessoalmente nos assuntos públicos, o tipo ideal de governo perfeito só poderá ser o representativo [...].
5	Governo representativo significa que a nação inteira, ou pelo menos uma boa parte dela, exerce o poder de controlo supremo através dos deputados que escolhe periodicamente [...]. A verdadeira função de uma assembleia representativa não é a de governar [...] mas a de vigiar e controlar o Governo [...].
John-Stuart Mill (1806-1873), filósofo e economista britânico, <i>Le Gouvernement Représentatif</i> , 1861	

14. Para Stuart Mill, o governo representativo é exercido...

A	pelos ministros.
B	pelos deputados.
C	pelo Rei.
D	pela nação inteira.

TI	CH	C
--	5	--

15. Um dos legados do Liberalismo, na segunda metade do século XIX, é a secularização das instituições. Tal significa...

A	que o Estado e os cidadãos deixam de estar debaixo da tutela da igreja.
B	que se vão manter todas as instituições seculares existentes em cada país.
C	que as instituições criadas se devem manter, pelo menos, durante um século.
D	todas as respostas anteriores estão certas.

TI	CH	C
--	5	--

FIM

COTAÇÕES

	Item	TI	CH	C	Total
Esc. Múltipla	1.		5		5
Esc. Múltipla	2.		5		5
Resp. Curta	3.		7	3	10
Resp. Extensa	4.	8	17	7	32
Resp. Curta	5.		7	4	11
Esc. Múltipla	6.		5		5
Resp. Restrita	7.	10	8	3	21
Resp. Restrita	8.	10	9	4	23
Esc. Múltipla	9.		5		5
Resp. Restrita	10.	10	9	3	22
Resp. Restrita	11.	10	8	3	21
Resp. Restrita	12.		8	3	11
Resp. Restrita	13.	8	8	3	19
Esc. Múltipla	14.		5		5
Esc. Múltipla	15.		5		5
		56	111	33	200

TI = Tratamento de informação/utilização de fontes

CH = Conhecimento histórico

C = Comunicação em História

6	EM	Escolha múltipla/associação/ordenação
2	RC	Resposta curta
6	RR	Resposta restrita
1	RE	Resposta extensa

Quinto elemento de avaliação | 4.maio.2021

11º Ano | Professor: Renato Albuquerque

Sugestão de respostas / classificação do/a aluno/a

CRITÉRIOS GERAIS DE CLASSIFICAÇÃO

A classificação a atribuir a cada resposta resulta da aplicação dos critérios gerais e dos critérios específicos apresentados para cada item e é expressa por um número inteiro.

A ausência de indicação inequívoca da versão da prova (quando exista) implica a classificação com zero pontos das respostas aos itens de seleção.

As respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos.

Em caso de omissão ou de engano na identificação de uma resposta, esta pode ser classificada se for possível identificar inequivocamente o item a que diz respeito.

Se for apresentada mais do que uma resposta ao mesmo item, só é classificada a resposta que surgir em primeiro lugar.

ITENS DE SELEÇÃO

Nos itens de seleção, a cotação do item só é atribuída às respostas integralmente corretas e completas. Todas as outras respostas são classificadas com zero pontos. Nas respostas aos itens de seleção, a transcrição do texto da opção escolhida é considerada equivalente à indicação da letra ou do número correspondente.

ITENS DE CONSTRUÇÃO

Nos itens de resposta curta são atribuídas pontuações às respostas total ou parcialmente corretas, de acordo com os critérios específicos.

No item de resposta curta que solicita a transcrição de elementos de um documento escrito, apenas é atribuída a pontuação total às respostas que apresentem a afirmação ou o excerto corretos e respeitem, na íntegra, as regras de transcrição (sinais gráficos de aspas e de supressão).

A classificação das respostas aos itens de resposta restrita e de resposta extensa que envolvam a produção de um texto tem em conta os tópicos de resposta apresentados, a organização dos conteúdos, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

Nos itens de resposta restrita e de resposta extensa, os critérios de classificação apresentam-se organizados por níveis de desempenho. A cada nível de desempenho corresponde uma dada pontuação. Se permanecerem dúvidas quanto ao nível a atribuir, deve optar-se pelo nível mais elevado de entre os dois tidos em consideração.

Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho é classificada com zero pontos.

No item de resposta extensa, os critérios de classificação apresentam-se organizados de acordo com os parâmetros seguintes:

(A) Identificação e Explicação, (B) Articulação temática e Organização e (C) Integração dos documentos.

Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro (A) Identificação e Explicação é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros.

A classificação a atribuir à resposta resulta da soma das pontuações atribuídas aos diferentes parâmetros.

As respostas que não apresentem exatamente os mesmos termos ou expressões constantes nos critérios específicos são classificadas em igualdade de circunstâncias com aquelas que os apresentem, desde que o seu conteúdo seja cientificamente válido, adequado ao solicitado e enquadrado pelos documentos curriculares de referência.

Caso as respostas contenham elementos contraditórios, apenas são considerados para efeitos de classificação os aspetos que não apresentem esses elementos.

As respostas aos itens de resposta restrita que apresentem erros científicos graves, como a total descontextualização do tempo histórico, são classificadas com zero pontos.

No caso das respostas ao item de resposta extensa que apresentem esses erros científicos graves, o tópico de referência aos quais esses erros estejam associados não é considerado para efeitos de classificação.

		TI	CH	C
1.	C ou “ao Bloqueio Continental decretado por Napoleão Bonaparte.”	--	5	--
2.	A ou “à rainha D. Maria I e ao Brasil.”	--	5	--
3.	Conhecimento histórico O aluno devia indicar: - dependência crónica [Tratado de Methuen, por exemplo] da economia portuguesa das importações da Inglaterra (lã, por exemplo) e das exportações para o mesmo país (produtos agrícolas, vinho).	--	7	3

4.	<p>Integração dos documentos O Documento 1 apresenta-nos a justificação dada pelo próprio Príncipe D. João para “passar” para o Brasil, o que está relacionado com a primeira invasão francesa. O Documento 2 apresenta, na perspetiva de um liberal, as causas do descontentamento dos portugueses que vão levar à revolta em 1820.</p> <p>Compreensão histórica <u>Consequências das invasões francesas:</u> - Partida da corte para o Brasil (Doc. 1); - Devastações/destruições e mortes causadas pelos exércitos franceses; - Domínio, de facto, de Portugal pelos militares ingleses. <u>O domínio inglês em Portugal:</u> - Altas patentes do exército reservadas aos ingleses; - Beresford elevado a comandante-chefe do exército português; - Beresford controla economia e funcionamento do Estado; - Beresford governa despoticamente (“autoridade quase ilimitada” – Doc. 2): prende portugueses acusados de Jacobinismo, manda executar Gomes Freire de Andrade, restaura a Inquisição; - Ingleses provocam ruína de “lavradores e proprietários” ao importar “trigo e outros cereais” (Doc. 2). <u>Consequências sociais da abertura dos portos brasileiros aos navios ingleses</u> - Crescimento da burguesia comercial inglesa com acesso direto às matérias-primas brasileiras e com aumento das exportações de cereais para Portugal; - Crescimento da burguesia comercial brasileira; - Ruína da burguesia comercial de Lisboa e, principalmente, do Porto; - Grande “consternação” entre os “lavradores e proprietários [agrícolas]”.</p>	Compreensão histórica	A – Identificação e Explicação	8 ou 6 ou 4 ou 0	32 a 12 ou 0
			B – Articulação temática e Organização	17 ou 14 ou 10 ou 5 ou 0	
		C – Integração dos Documentos		7 ou 5 ou 3 ou 0	

		TI	CH	C
5.	O aluno devia indicar 3 das seguintes medidas de carácter socioeconómico tomadas pelas Cortes Extraordinárias e Constituintes. Conhecimento histórico: - extinção da Inquisição e da censura prévia; - liberdade de imprensa e de ensino (das primeiras letras); - fundação do 1.º banco português - Banco de Lisboa; - transformação dos bens da Coroa em bens nacionais; - progressivo encerramento dos conventos; - eliminação das justiças privadas; - eliminação dos privilégios medievais; - lei dos forais; - protecionismo económico dos proprietários agrícolas.	--	7	4
6.	A: 1, 4, 5, 6, 10. B: 2, 3, 7, 8, 9. 10 ou 9 certas: 5 pontos; 8 ou 7 certas: 4 pontos; 6 ou 5 certas: 3 pontos; 4 ou 3 certas: 2 pontos; 2 ou 1 certas: 1 ponto	--	5	--
7.	Tratamento de informação: O Documento 3 é constituído por 3 exemplos de decretos aprovados pelas Cortes Constituintes em relação ao Brasil (em 29 de setembro e de dezembro de 1821 e em 9 de abril de 1822).	10	8	3

	<p>O primeiro exige o regresso do Príncipe D. Pedro a Portugal, o segundo extingue os tribunais do Rio de Janeiro e o regresso dos processos a Portugal e o último devolve o comércio brasileiro aos comerciantes portugueses.</p> <p>Conhecimento histórico:</p> <p>O movimento liberal que vai eclodir no Porto, em 1820, tem como principal projeto económico o regresso do comércio brasileiro às mãos da burguesia portuguesa e portuense, resgatando-o das mãos inglesas.</p> <p>Por isso, as Cortes Constituintes tudo fazem para reverter a situação do Brasil à condição anterior a 1807:</p> <ul style="list-style-type: none"> - obrigando o seu regente (D. Pedro, filho primogénito do Rei D. João VI) a regressar a Portugal, no desejo de que venha a herdar o trono. Por isso, quer que este, como forma de preparação, vá aprender, incógnito, o que se passa nos outros países europeus; - extinguindo todos os tribunais criados no Brasil depois de 1808, fazendo com que tudo volte a antes dessa data, desfazendo o estatuto de reino criado em 1815; - retornando o comércio brasileiro para a burguesia portuguesa, retirando-o das mãos dos ingleses e da burguesia brasileira. 			
8.	<p>Tratamento de informação:</p> <p>O Documento 4 reproduz um texto de Alexandre Herculano, um dos apoiantes de D. Pedro na guerra civil contra D. Miguel, publicado no tomo II dos seus Opúsculos, em que elogia Mouzinho da Silveira (cujo retrato e assinatura estão à direita) que, segundo ele, com D. Pedro, deixou “um contributo que ninguém poderá apagar”.</p> <p>Conhecimento histórico:</p> <p>O aluno devia indicar que Alexandre Herculano estava pleno de razão, devendo apresentar 3 das seguintes características liberal e reformista da legislação de Mouzinho da Silveira:</p> <ul style="list-style-type: none"> - libertação da terra: abolição dos pequenos morgadios, dos forais, dos dízimos, dos bens da Coroa... - libertação do comércio: extinção das portagens e outras limitações de circulação interna de mercadorias; extinção dos monopólios do sabão e do vinho do Porto; - (re)organização administrativa do país; - instituição do Registo Civil; - reformas judiciais: eliminação dos foros privados; Supremo Tribunal de Justiça; - reforma das finanças: Tribunal do Tesouro Público. 	10	9	4
9.	D. ou “fomentou o protecionismo e a instrução.”	--	5	--
10.	<p>Tratamento de informação:</p> <p>O Documento 5 aborda, segundo o historiador contemporâneo Pedro Lains, o carácter protecionista da política setembrista, traduzida nas “elevadas tarifas sobre os principais produtos de importação, alimentares ou manufacturados” (linhas 3-4).</p> <p>O Documento 6 é um documento da época do governo Setembrista apresentando os objetivos do mesmo: desenvolver “a Agricultura, o Comércio, a Indústria Nacional (...) a Instrução Pública” (linha 2).</p> <p>Conhecimento histórico:</p> <p>O aluno devia indicar expressamente o falhanço destes objetivos, referindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a reforma do ensino previa a reforma do ensino primário, secundário e secundário; - previa-se a criação de escolas politécnicas, conservatórios de artes e ofícios, escolas médico-cirúrgicas, liceus... - previa-se também o desenvolvimento da indústria portuguesa, protegendo-a dos produtos estrangeiros. <p>Contudo, falhou porque:</p> <ul style="list-style-type: none"> - não havia professores preparados para estas reformas; - não se atacou o poder económico dos grandes proprietários nem se diminuíram os impostos aplicados aos pequenos agricultores; - a burguesia portuguesa preferiu investir os escassos capitais em atividades especulativas ou de usura e não na indústria; - não havia vias de comunicação nem meios de transporte para desenvolver o país; - havia uma permanente instabilidade política que impedia o desenvolvimento dos diversos projetos. 	10	9	3
11.	<p>Tratamento de informação:</p> <p>O Documento 7 é um documento histórico que, em 1834, se refere aos problemas de</p>	10	8	3

	<p>“saúde pública” colocados pelo “enterramento dos corpos humanos nas Igrejas” na vila de Campo Maior, pelo que, de acordo com a ata de Câmara de 23 de agosto, esta determina que os enterros sejam feitos no cemitério.</p> <p>Conhecimento histórico: O aluno devia fazer a seguinte relação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - os problemas sanitários colocados nesta reunião de câmara, certamente liberal, após o fim da guerra civil (veja-se a referência à Carta Constitucional e a data simbólica, na véspera da comemoração dos 14 anos da revolução liberal do Porto), vão-se manter nos anos seguintes, levando o Governo de Costa Cabral, em 1846, à publicação das Leis de Saúde Pública que proibiam os enterros em igrejas; - a publicação destas Leis vão levar às revoltas populares do Minho (revolta da Maria da Fonte). <p>[É possível que esta disposição da Câmara de Campo Maior também tenha provocado revoltas dos mais poderosos: por isso se invoca a Carta Constitucional para referir que todas as pessoas que morrerem têm de ser enterradas no cemitério, independentemente do seu estatuto ou riqueza (“hierarquia” – linha 8) ou doença (“moléstia”, linha 9)].</p>			
12.	<p>Outra das leis eram (o aluno devia indicar uma delas):</p> <ul style="list-style-type: none"> - a Lei das Estradas, que obrigava os camponeses a ocuparem parte da semana na construção das mesmas; - “as papeletas da ladroeira” que impunham complicados procedimentos para a cobrança dos impostos. 	--	8	3
13.	<p>Tratamento de informação: O Documento 8 transcreve parte da Convenção de Gramido, assinada a 29 de junho de 1847.</p> <p>Conhecimento histórico: O aluno devia indicar o seguinte contexto histórico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - o descontentamento generalizado com a política de Costa Cabral levou ao seu afastamento. Contudo, a política da Rainha D. Maria II, acusada de demitir abruptamente ministros anti-cabralistas, causa nova série de revoltas, conhecidas como Patuleia; - a Patuleia opõe-se às ações da Rainha, levando a um clima de quase guerra civil e à criação de Juntas Governativas em diversas cidades do país que não aceitam as ordens daquela; - a Rainha pede a intervenção militar da Espanha e da Inglaterra (linhas 1 e 2 e Artigo 2º) para repor a ordem, o que conseguem (linhas 6-8); - a Convenção de Gramido (perto do Porto) impõe o poder da Rainha, o perdão dos revoltosos e a criação de um governo independente dos conflitos; - na parte da Convenção transcrita regulamenta-se a ocupação do Porto pelas tropas espanholas e inglesas para garantir a submissão “(...) à obediência do Governo de Sua Majestade Fidelíssima [a Rainha de Portugal] (...)” (linha 6). 	8	8	3
14.	B. ou “pelos deputados”.	--	5	--
15.	A. ou “que o Estado e os cidadãos deixam de estar debaixo da tutela da igreja”.	--	5	--

TI = Tratamento de informação/utilização de fontes

CH = Conhecimento histórico

C = Comunicação em História